

A REFLEXÃO ANTROPOLÓGICA NA HISTÓRIA DA REALEZA MEDIEVAL

Rita Costa Gomes¹

A secção "Interdisciplinaridades" tem como objectivo a publicação de ensaios que explorem, de diversos pontos de vista, o diálogo entre a antropologia e diferentes campos das ciências humanas e sociais: história, sociologia, psicologia, etc. O artigo inaugural desta secção é consagrado a um dos domínios clássicos do diálogo entre antropologia e história: a realeza sagrada.

Desde a primeira edição do estudo de Marc Bloch sobre o ritual real de imposição das mãos dos tempos medievais – um estudo enquadrado pela teoria antropológica e hoje em dia considerado pioneiro –, muito foi publicado sobre a realeza sagrada no contexto europeu medieval. Abordando as crenças e os conceitos do homem medieval como intrinsecamente diferentes dos nossos, no que se aproxima dos trabalhos de Percy Schramm e Ernst Kantorowicz, o paradigma de Bloch introduziu uma importante mudança. Estas contribuições, bem como as alterações que provocaram na nossa imagem dos reis medievais, são analisadas e discutidas. Também a relevância da teoria antropológica é descrita tendo em consideração três questões diferentes no contexto da Idade Média ocidental: as figuras contrastantes de realeza violenta/pacífica, os estados de transição no desaparecimento dos reis e o problema geral do ritual como meio para a construção da realeza medieval.

A relevância do encontro entre historiadores e antropólogos, no que respeita ao estudo da realeza, não constitui novidade, passados que são mais de 70 anos sobre o trabalho por todos considerado pioneiro nesta convergência: o livro sobre os *Reis Taumaturgos* escrito por Marc Bloch, em 1924 (Bloch 1983). Através dele podemos avaliar a função crucial que as leituras antropológicas desempenharam na transformação de um campo de estudos tradicionalmente ocupado pelos historiadores de formação jurídica e pelos institucionalistas, atentos sobretudo aos problemas do regime e dos sistemas políticos das sociedades europeias medievais. A ruptura paradigmática de Bloch consistiu em colocar no centro do inquérito aquilo que ele designava por uma "explicação total" da realeza, visando compreender o seu significado cultural através do estudo das crenças que rodeavam os

¹ Rita Costa Gomes é historiadora de formação e tem trabalhado sobre a Idade Média. Publicou um estudo sobre a corte dos reis, incluindo uma visão de conjunto sobre cerimónias reais portuguesas, no contexto mais global da Península Ibérica. Prossegue as suas investigações sobre a realeza e o seu significado na sociedade e na cultura medievais.

monarcas. Por outro lado, o seu inquérito acentuou e alargou um certo efeito de estranheza detectável em alguns historiadores de então, efeito esse ligado ao estudo de supostas realidades “germânicas” ou “primitivas” que estariam na origem das realezas do Ocidente europeu na Alta Idade Média. A “diferença” representada pela “Germânia” por vezes um pouco arquetípica dos medievalistas do seu tempo, funcionando como a distância que separa o antropólogo da cultura que estuda, induzia uma precaução necessária quanto às categorias culturais das sociedades da Alta Idade Média, que precisavam de ser compreendidas “nos seus próprios termos”. Nesta direcção concreta de pesquisa, o livro de Bloch procede apenas, como ele próprio reconhece de resto, a um estado da questão largamente tributário de estudos anteriores. Construindo um quadro interpretativo novo, ele transportou, no entanto, esse sentimento de estranheza para épocas mais recentes, como os séculos XIII e XIV, onde a visão evolucionista então dominante via em plena afirmação princípios de funcionamento político de tipo mais racional e “moderno”, autorizando explicações baseadas em categorias actuais e nada ligadas a conceitos “primitivos”. Contrariando a marginalização sistemática a que eram votados fenómenos como o “milagre régio” da cura dos escrofulosos, relegados para o canto das “curiosidades” irrelevantes, Bloch incorporou no seu inquérito todo um feixe de problemas directamente ligados às suas leituras de Frazer, ensaiando simultaneamente uma visão comparativa da realeza a dois níveis – quer no interior da área cultural europeia, e muito especialmente através dos casos paralelos e interrelacionados dos reinos medievais francês e inglês, quer fora dela, apelando neste domínio para uma prudência metodológica por ele mesmo defendida e explicada, num famoso artigo posteriormente publicado em 1928 (Bloch 1983b).

Apesar de muito lida e hoje completada e corrigida no pormenor, a síntese de Marc Bloch continua a desafiar uma avaliação do que pode considerar-se adquirido e do que continua por resolver, no caminho de uma “explicação” da realeza medieval. Sobretudo, incita a uma reflexão sobre a utilidade e o estatuto heurístico da reflexão antropológica neste campo, invocada por muitos mas de aplicação complexa. Uma das suas dificuldades reside, por exemplo, no conhecido efeito de “torna-viagem” que tem para o leitor medievalista o uso de certos conceitos (como “monarquia”, “corte” ou “feudalismo”) utilizados pela literatura antropológica como paradigmas de análise ou metáforas de valor explicativo, lembrando-lhe o duplo sentido dessa troca interdisciplinar atenta à densidade teórica dos termos e das categorias utilizadas. Esta questão deveria ser invertida pelo historiador, tornando igualmente a “realeza mística” ou “sagrada” a que Bloch faz referência numa problemática e não numa espécie de evidência, que se projecta mecanicamente em qualquer sociedade do passado.

Nos diversos caminhos experimentados desde os anos 30 para uma explicação histórica da realeza medieval, continua a ter um peso determinante, através da obra de Marc Bloch, a concepção geral de Frazer. Seguindo a distinção praticada em *Os Reis Taumaturgos*, entre as realezas bárbaras e a ideologia imperial "ressuscitada" com os carolíngios como componentes fundamentais da experiência medieval, diríamos que em ambos os aspectos da problemática, o complexo da "realeza sagrada" se instalou como modelo explicativo (*The Sacral Kingship...* 1959, Boureau *et al.* 1992). A tónica colocada por Bloch no ritual da unção como o elemento mais significativo desse complexo, adoptado desde a Alta Idade Média por alguns reis bárbaros, encontra-se hoje relativizada devido a um conceito mais global da figura do rei sagrado. A unção surge apenas, como alerta Janet Nelson, como o rito mais conhecido devido à importância da participação eclesiástica e da sua codificação, dando origem a fontes normativas. Está hoje estabelecido que as principais realezas bárbaras conheciam a unção, inserindo-a de modo preferencial no processo ritual da inauguração dos reis, embora na sua totalidade este processo incluísse outros elementos extra-eclesiásticos e não deva ser interpretado, portanto, unicamente em relação com um conceito sacerdotal da realeza (Nelson 1986).

Por seu turno, a figura imperial e o complexo problema da recepção e transformação da herança da Antiguidade Tardia foram alvo de importantes inquéritos, de que destacaremos todo um campo novo de problemas equacionados pelas obras de Percy Schramm e de Ernst Kantorowicz (Schramm 1954-56 e 1968-71, Kantorowicz 1981 e 1965). De um modo muito geral, pode dizer-se que a estes dois autores se deve também uma investigação em profundidade das fontes para o estudo da realeza medieval, sobretudo em dois domínios: o dos símbolos e o dos rituais.

Os trabalhos de Schramm comprovam, por exemplo, que a simbologia (expressa no cerimonial, como nas insígnias e emblemas) dos monarcas do Ocidente europeu, desde as épocas carolíngia e otoniana, não pode entender-se sem referência a uma constante emulação e reapropriação, tanto por parte dos papas como dos imperadores, dos modelos bizantinos. Através do conservadorismo ritual de Bizâncio, portanto, a ruptura postulada de modo demasiado radical entre o mundo antigo e o medieval surge como algo de mais complexo, porque constituída por processos de "tradução" entre áreas culturais diversas, implicando em dadas épocas a transformação desses complexos em verdadeiros mitos e colocando a "explicação" da realeza medieval face a uma multiplicidade de caminhos comparativos. Schramm não advogou, no entanto, uma espécie de "difusionismo" que faria de Bizâncio reservatório original de conceitos e de práticas, onde o Ocidente medieval buscaria apenas elementos esparsos de uma panóplia de efeitos. A sua crítica

aos conceitos de "influência" e de "progresso" neste campo de estudos eram acompanhadas, de resto, por várias observações desvalorizadoras do uso da comparação no campo da antropologia e do folclore.

Quanto aos trabalhos de Kantorowicz, hoje muito influentes entre os historiadores, eles colocaram-se na confluência do estudo das doutrinas políticas e jurídicas com o dos significados das cerimónias que rodeavam os reis. Mais uma vez, as ideias de Bloch e do próprio Schramm são desenvolvidas, sobretudo quanto à relevância da figura de um rei-sacerdote no Ocidente medieval, mas também inseridas em complexos mais vastos, designadamente do ponto de vista doutrinal – ponto de vista ao qual o autor concede prioridade indiscutida, o que também atribui uma grande segurança à sua reconstituição e interpretação dos ritos monárquicos. Mais uma vez, os problemas da génese das próprias categorias da época são colocados no centro da análise, nomeadamente as visões da função régia e da continuidade da realeza, aprofundando por exemplo as ideias de Bloch sobre um envolvimento das concepções eclesiásticas na legitimação do poder dos reis.

Embora a reflexão antropológica não lhes seja alheia, ela não surge como influência determinante nestes caminhos de pesquisa que, de certo modo, põem em segundo plano o modelo explicativo da realeza frazeriana aceite por Bloch, propondo antes a consideração de uma "assemblage" complexa de crenças e práticas diversificadas que se apresentam ao escrutínio do historiador com espessuras temporais variáveis, e cujo estudo tornaria problemática a ideia da reconstituição de uma "totalidade" discreta e coerente que seria a realeza medieval, globalmente considerada. Tendo em atenção estes desenvolvimentos e as modificações que induziram na problemática iniciada por Marc Bloch, mencionaremos apenas três exemplos de casos em que a reflexão antropológica se revela hoje extremamente útil ao estudo da realeza medieval: o problema da tensão interna, detectável a vários níveis das crenças e doutrinas medievais, entre a figura de um rei violento e de um rei pacificador; o problema posto pela análise dos momentos de suspensão da acção régia; e, finalmente, a tão estudada questão dos ritos ligados à pessoa real.

Que a figura dos reis na Baixa Idade Média (ou seja, a partir da época em que se configurou o antigo Reino português), fosse uma figura de certo modo bifronte, é um facto que já foi observado por alguns historiadores, sobretudo a partir da análise das crónicas e dos primeiros textos literários escritos em língua vulgar. Assim, o conhecido argumento, avançado nos anos 80 por alguns historiadores, segundo o qual a realeza hispânica, por exemplo, não seria uma realeza de tipo sagrado (pelo menos segundo o modelo francês e inglês analisado por Bloch) é geralmente acompanhado pela acentuação do carácter "guerreiro" do monarca, face a um modelo sacer-

dotial irrelevante neste contexto, pois não se realizaria o rito da unção (pelo menos de modo sistemático) (Mattoso 1991). Ora, no contexto deste debate, a hipótese de uma realeza estruturalmente ambivalente surge muito interessante, indo ao encontro da teoria não só aventada por Frazer como por Hocart e, mais recentemente, por Luc de Heusch ou Marshall Sahlins (Frazer 1978, Hocart 1970, Heusch 1987, Sahlins 1985). No caso dos monarcas europeus, temos assim duas figuras que se sucedem, até do ponto de vista da tópica utilizada pelas descrições dos cronistas: a do rei conquistador e guerreiro e a do rei que não guerreia e governa impondo a paz. Também em relação a um mesmo monarca o modelo pode resolver-se através do percurso biográfico (nomeadamente pelo recurso à dupla duméziliana dos motivos da *celeritas* opondo-se à *gravitas*, como a juventude à velhice), mas mais interessante nos parece ainda a consideração de certas qualidades “perigosas” inerentes à pessoa real, através da dupla dos conceitos complexos do “amor” e da “ira” régios, também presentes na área medieval hispânica (Jaeger 1991, Grassotti 1978). Alguns textos mencionam, por exemplo, os efeitos da cólera real como mortíferos, determinando o afastamento temporário ou definitivo do nobre do seu olhar – dotado, segundo a palavra bíblica citada neste contexto, do poder de destruir o mal. Do mesmo modo, o “amor” do rei não surge, nos textos escritos em língua vulgar no ambiente da corte castelhana do século XIII, como passível de estabilidade, uma vez que a “ira” pode irromper a qualquer momento e fazer do rei um ser semelhante ao animal feroz. Sendo ele mesmo, muitas vezes, colecionador destes animais – em particular os leões, também adoptados como símbolo heráldico do próprio rei, em Castela – os monarcas comprovavam, pela sua aproximação às feras, a capacidade que lhes era imputada de pacificar os animais (segundo neste aspecto também a profecia bíblica, aproximando-se do ideal helenístico do rei rodeado da *serenitas* (Fichtenau 1991)), sendo eles mesmos, em momentos de cólera ou “ira”, assimilados a eles.

O segundo exemplo encontra-se hoje estudado em vários espaços e momentos do Ocidente europeu medieval, através dos casos paralelos da morte dos papas e da morte dos monarcas (Bertelli 1990, Ginzburg 1989). Neste contexto, parecem muito úteis aos historiadores as observações de Hocart relativas à existência de um caos ritual a seguir à morte dos reis, prévio à reinstalação da ordem e da lei, através da qual ele de certo modo prova a sua superioridade em relação à própria sociedade, a sua indispensabilidade enquanto fonte da própria ordem. Este período determinava, na Roma da época medieval, um período de *justitium* ou suspensão da lei semelhante ao que se usava na época romana imperial, mas que se abria agora com a morte dos papas. Durante este período, e enquanto não se procedesse aos ritos de inauguração do novo pontífice, sucediam-se os

motins e os saques, em particular da propriedade do cardeal eleito e/ou da sua família. De modo semelhante, o imperador do século XI procurava evitar que os seus castelos em Itália fossem saqueados, fomentando a ideia de uma continuidade da realeza independentemente do desaparecimento físico da pessoa do rei. Estas investigações dão, por sua vez, nova importância a construções doutrinárias específicas como a dos "dois corpos do rei" estudada por Kantorowicz, uma vez que se compreende como procuravam obviar aos momentos de anomia e suspensão da legalidade ligados à morte dos reis, cuja ocorrência foi pouco investigada até época recente, devido à escassez de dados fornecidos pelas fontes históricas. Do ponto de vista do estudo da realeza medieval, estes fenómenos de anomia podem ligar-se, por outro lado, ao debate sobre a figura dos reis na sua relação com a lei, que tem já uma larga tradição na esfera das doutrinas jurídicas e políticas, relançando questões ligadas à interpretação metafórica de certas máximas correntes na época medieval.

Finalmente, há que mencionar a extrema importância da reflexão antropológica no estudo dos ritos rodeando a pessoa dos reis medievais – tanto do ponto de vista metodológico, uma vez que os problemas de uma interpretação histórica ou diacrónica dos ritos se encontram ainda por resolver, como do ponto de vista da consideração dos significados que as sociedades medievais lhes atribuíam, o mesmo problema que ocupou Bloch. A reconstituição dos ritos nas sociedades medievais e a sua interpretação contextual deu origem nos últimos anos a uma bibliografia relativamente vasta (Chiffolleau *et al.* 1994). No caso da figura dos reis, parece reforçar-se a interpretação frazeriana de uma natureza exterior e específica das suas pessoas, ligando-os à manutenção da ordem natural e à interacção entre as esferas política e cosmológica. Os argumentos hierárquicos e trifuncionais utilizados pelas visões medievais do mundo e da sociedade concedem uma configuração específica a essa interacção, nomeadamente através do ideal imperial de um rei próximo do *logos* divino, conduzindo os homens à salvação, formulado pelos primeiros pensadores cristãos, como Eusébio de Cesareia. A tradição medieval cristã atribuía por outro lado aos monarcas do "fim dos tempos", como é sabido, uma função prenunciadora e um papel determinado na ordem histórica da narração mítico-religiosa, sendo essa imagem de uma realeza destruidora também inerente à cultura do Ocidente medieval. Em qualquer dos casos, o modelo estrutural de uma diferença entre os reis e os restantes mortais mantida e reproduzida também através do rito permanece o mais útil a uma interpretação que não seja meramente "avulsa" das cerimónias e dos ritos medievais, esgotando-se numa acumulação de materiais desconcertantes na sua variedade. Quer tenhamos em mente os ritos de tipo inaugural ou

funerário, os ciclos rituais quotidianos e anuais rodeando os reis, as ligações entre os ritos régios e os demais sistemas rituais utilizados nos vários contextos desta época milenar, a ideia central de que os ritos eram instituidores da diferença, construindo uma fronteira interna necessária à existência da ordem social que isola os monarcas numa posição exclusiva, tem hoje uma função heurística relevante. A este aspecto nos referimos mencionando a ritualidade como uma das modalidades da existência da própria realza medieval, retomando a metáfora do “estado-teatro” proposta por Clifford Geertz. O que legitima do ponto de vista científico o esforço de reconstituição, mesmo nos casos muito pouco documentados, como sucede com o reino de Portugal durante a Idade Média, uma vez que se trata de um problema de âmbito geral muito importante para compreender as sociedades daquele tempo.

BIBLIOGRAFIA

- BERTELLI, Sergio, 1990, *Il Corpo del Re. Sacralità del Potere nell'Europa Medievale e Moderna*, Florença, Ponte alle Grazie.
- BLOCH, Marc, 1983a, *Les Rois Thaumaturges. Étude sur le caractère surnaturel attribué à la puissance royale particulièrement en France et en Angleterre*, Paris, Gallimard, (3ª ed).
- _____, 1983b, “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”, *Mélanges Historique*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Tome 1, 16-40.
- BOUREAU A., e C. INGERFLOM, 1992, *La Royauté Sacrée dans le Monde Chrétien*, Colloque de Royaumont, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- CHIFFOLEAU, J., L. MARTINES e A. PARAVICINI-BAGLIANI (eds.), 1994, *Riti e Rituali nelle Società Medievali*, Spoleto, Centro di Studi sull'Alto Medioevo.
- FICHTENAU, Heinrich, 1991, *Living in the Tenth Century. Mentalities and Social Orderes*, University of Chicago Press, traduzido do alemão.
- FRAZER, James, 1978, *The Golden Bough. A Study in Magic and Religion*, Londres, Macmillan.
- GINZBURG, Carlo, 1989, “Saques Rituais. Preâmbulo de uma investigação em curso”, *A Micro-História e Outros Ensaio*, Lisboa, Difel, traduzido do italiano.
- GRASSOTTI, Hilda, 1978, “La Ira Regia en León y Castilla”, *Miscelánea de Estudios sobre Instituciones Castellano-Leonesas*, Bilbao, 1-132.
- HEUSCH, Luc de, 1987, *Écrits sur la Royauté Sacrée*, Bruxelas, Université Libre.
- HOCART, Arthur M., 1970, *Kings and Councillors. An Essay in the Comparative Anatomy of Human Society*, NEEDHAM, Rodney (ed.), Chicago University Press
- JAEGER, C. Stephen, 1991, “L'amour des rois: structure sociale d'une forme de sensibilité aristocratique”, *Annales E S C*, XLVI, 3, 547-71.
- KANTOROWICZ Ernst, 1965, *Selected Studies*, J. J. Augustin Publisher, Nova Iorque.
- _____, 1981, *The King's Two Bodies. A Study in Medieval Political Theology*, Princeton University Press (2ª ed).
- MATTOSO, José, 1991, “A Coroação dos Primeiros Reis de Portugal”, BETHENCOURT, F. e Diogo Ramada CURTO, *A Memória da Nação*, Lisboa, Sá da Costa, 187-200.
- NELSON, Janet, 1986, *Politics and Ritual in Early Medieval Europe*, Londres, Hambledon.
- SAHLINS Marshall, 1985, *Islands of History*, University of Chicago Press.
- SCHRAMM, Percy, 1954-56, *Herrschaftszeichen und Staatssymbolik. Beiträge zur ihrer Geschichte vom dritten bis zum sechzehnten Jahrhundert*, MGH-Schriften, 13, Stuttgart, 3 vols.
- _____, 1968-71, *Kaiser, Könige und Päpste*, Stuttgart, Hiersemann, 4 vols.

THE SACRAL KINGSHIP. Contributions to the Central Theme of the VIIIth International Congress of the History of Religions, 1959, Vol. IV, "Studies in the History of Religions" (supplements to *Numen*), Leiden.

Rita Costa Gomes

ANTHROPOLOGICAL THEORY AND THE STUDY
OF MEDIEVAL KINGSHIP

Since the first publication of Marc Bloch's study about the "royal touch" of medieval times, considered nowadays a path-breaking study informed by anthropological theory, much has been published about sacral kingship in the European context of the Middle Ages. Bloch's paradigm did introduce an important shift, by focusing on beliefs and categories of medieval men as basically distinct from ours, a way to be related to the works of Percy Schramm and Ernst Kantorowicz. These contributions are analysed and discussed, and the changes they meant to our vision of medieval kings. The relevance of anthropological theory is also described, through the consideration of three different problems, in the context of the western Middle Ages: the contrasting figures of violent/peaceful kingship, the transition states on the disappearance of kings and the general problem of ritual as a way of constructing medieval kingship.

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UNL)
Av. de Berna, 26C, 1050 Lisboa